



UNIÃO DAS FREGUESIAS
de
S. PEDRO DE ALVA E S. PAIO DE MONDEGO

**RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO
RESPEITO PELOS DIREITOS E GARANTIAS DO ESTATUTO DO DIREITO
DE OPOSIÇÃO**

I - INTRODUÇÃO:

O n.º 1 do art.º 10.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, estabelece a obrigatoriedade dos órgãos executivos das autarquias locais, de até ao fim do mês de março do ano subsequente àquele a que se refere, de elaborar um relatório onde conste o grau de observância do Estatuto do Direito de Oposição.

Tal relatório deve ser o repositório de tudo o que de mais importante ocorreu na vida da Autarquia com interesse geral, e que deve ser trazido ao conhecimento daqueles que foram eleitos, mas que por razões que derivam dos resultados eleitorais, não se encontram investidos em funções de exercício de poder.

Deriva da lei, por imposição constitucional e porque vivemos num Estado de Direito, que as Oposições tenham acesso a esse tipo de informações.

Assim, e dando cumprimento ao estabelecido legalmente elabora-se o presente documento que procura dentro das capacidades administrativas existentes dar cumprimento àquele preceito legal, o que se faz através do seguinte:

*...do Alva ao Mondego
a natureza e o progresso em harmonia...*



II – RELATÓRIO:

I - No âmbito do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, foram adotadas as seguintes medidas:

1) Quanto ao direito à informação (artº. 4.º, da Lei nº. 24/98, de 26/5):

- a) Foi dada resposta em tempo útil a todos os requerimentos apresentados por escrito ou verbalmente, quer através da Mesa da Assembleia de Freguesia ou diretamente à Junta de Freguesia;
- b) Em todas as sessões da Assembleia de Freguesia, foi apresentado, lido e explicitado um documento no qual se achavam elencadas todas as atividades mais relevantes desenvolvidas pela JF, no período que mediou entre cada uma das suas sessões;
- c) Foram disponibilizadas as atas e todos os documentos de suporte à atividade administrativa da JF, sempre que solicitados, bem como, posteriormente publicadas no site oficial da freguesia.

2) Quanto ao direito de consulta prévia (artº. 5.º da Lei nº. 24/98, de 26/5):

- a) Foram ouvidos antes da elaboração das propostas iniciais dos documentos de planeamento e projeção anual ou plurianual e suas modificações (alterações ou revisões), nomeadamente, Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos, Plano das Atividades Mais Relevantes, etc., e quanto ao seu conteúdo, foram adotadas dentro dos limites orçamentais e das políticas e orientações gerais, as propostas apresentadas pelos titulares do Direito da Oposição;

- b) Foram atendidas as sugestões que os titulares do Direito de Oposição formularam, e que se enquadrassem dentro dos parâmetros de intervenção planeados e orçamentados;
- c) Foi realizada consulta pública sempre que solicitada.

III – CONCLUSÕES:

I – É entendimento do Órgão Executivo da União das Freguesias de São Pedro de Alva e São Paio de Mondego, que:

- a) Dentro dos limites da lei, foi aos titulares do direito de oposição, garantida a intervenção livre e o pleno exercício do mandato para que foram eleitos;
- b) Puderam livremente pronunciarem-se sobre todas as questões de interesse público relevante;
- c) Foram convidados a participar e a estarem presentes em todos os atos e atividades oficiais, bem como nas atividades de índole cultural e desportiva que decorreram na Freguesia durante o ano 2020, muito embora, com os condicionalismos decorrentes da pandemia;
- d) Não foi por nenhum dos titulares do Direito de Oposição, apresentada qualquer reclamação ou voto do protesto.

Considera-se por isso, ter este Executivo dado cabal cumprimento ao estipulado legalmente nesse âmbito, razão pela qual se elaborou o presente documento, que depois de aprovado em sede de executivo, irá ser remetido para cada um dos titulares do Estatuto do Direito de Oposição.

Deverá dar-se cumprimento ao estabelecido na alínea tt) do nº. 1 do art.º 16.º, da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro.

São Pedro de Alva ,30 de março de 2021

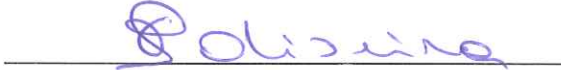
A Junta de Freguesia

Presidente



A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be 'M. Almeida'.

Secretário



A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be 'S. Oliveira'.

Tesoureiro



A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be 'Isabel Ribeiro'.

Aprovado em sessão de Junta de Freguesia de 29/03/2021.

Publicitado por Edital nº. 02/2021, de 30/03/2021